

Edição 2026



# Ensino Médio na América Latina

Organização: **David Saad**, Diretor-Presidente do Instituto Natura para a América Latina e **Karina Stocovaz**, Gerente Sênior do Instituto Natura para os Países Hispânicos

# Sumário

- 3** **Apresentação** – Por que o ensino médio se tornou o centro — e o limite — da agenda educacional na América Latina
- 6** **Capítulo 1** – A Argentina conseguiu colocar quase todos os jovens no ensino médio. Por que ainda tão poucos aprendem?
- 12** **Capítulo 2** – **Chile:** o ensino médio mais estável da América Latina ainda enfrenta limites na aprendizagem
- 17** **Capítulo 3** – **México:** quando o maior desafio do ensino médio é a escala
- 22** **Capítulo 4** – **Colômbia:** o desafio do ensino médio começa antes da aprendizagem — começa na permanência
- 28** **Capítulo 5** – **Peru:** um dos avanços mais rápidos da América Latina — e os limites que ainda persistem
- 34** **Capítulo 6** – **Brasil:** o ensino médio entre a crise de aprendizagem e a expansão do tempo integral
- 40** **Conclusão**

## APRESENTAÇÃO

# Por que o ensino médio se tornou o centro — e o limite — da agenda educacional na América Latina

A discussão educacional na América Latina, costuma se concentrar nas etapas finais da trajetória escolar. Ensino médio, ensino superior, empregabilidade, produtividade e renda aparecem como os grandes temas do debate público.

Essa lógica é compreensível: é nesse momento que os sistemas educacionais se conectam de forma mais direta com os desafios da vida adulta e com os indicadores econômicos e sociais que mobilizam governos e sociedades.

No entanto, essa forma de olhar para o sistema educacional revela uma tensão menos evidente, mas igualmente relevante. Ao mesmo tempo em que o ensino médio ganha centralidade no debate, ele também expõe os limites das respostas que vêm sendo construídas até aqui.

Nas últimas décadas, países como Argentina, Chile, Brasil, Colômbia, México e Peru avançaram de forma significativa na ampliação do acesso a essa etapa.

Cada vez mais jovens chegam ao ensino médio, consolidando-o como um espaço quase universal. Mas esse avanço trouxe à tona o desafio de garantir que essa presença se traduza em aprendizagem, em trajetórias completas e em oportunidades reais.

É justamente nesse ponto que o ensino médio, sendo uma etapa do sistema, funciona também como espelho de suas fragilidades.

Altas taxas de abandono, trajetórias interrompidas e níveis de aprendizagem aquém do esperado são a expressão acumulada de desafios que atravessam todo o percurso escolar.

## O padrão regional

Este não é um padrão exclusivo de um país. Em diferentes contextos da América Latina, observa-se a mesma dinâmica: déficits acumulados ao longo a trajetória escolar se intensificam no ensino médio, ampliando desigualdades, aumentando a evasão e reduzindo o retorno social dos investimentos realizados nas etapas anteriores.

Por isso, transformar o ensino médio não é apenas mais uma agenda educacional entre muitas outras.

Trata-se de uma agenda estrutural:

- de equidade, porque é nessa etapa que as desigualdades se consolidam ou podem ser mitigadas;
- de eficiência, porque define o retorno dos investimentos realizados ao longo de toda a trajetória escolar;
- de desenvolvimento, porque impacta diretamente a inserção produtiva, a renda e a coesão social no longo prazo.

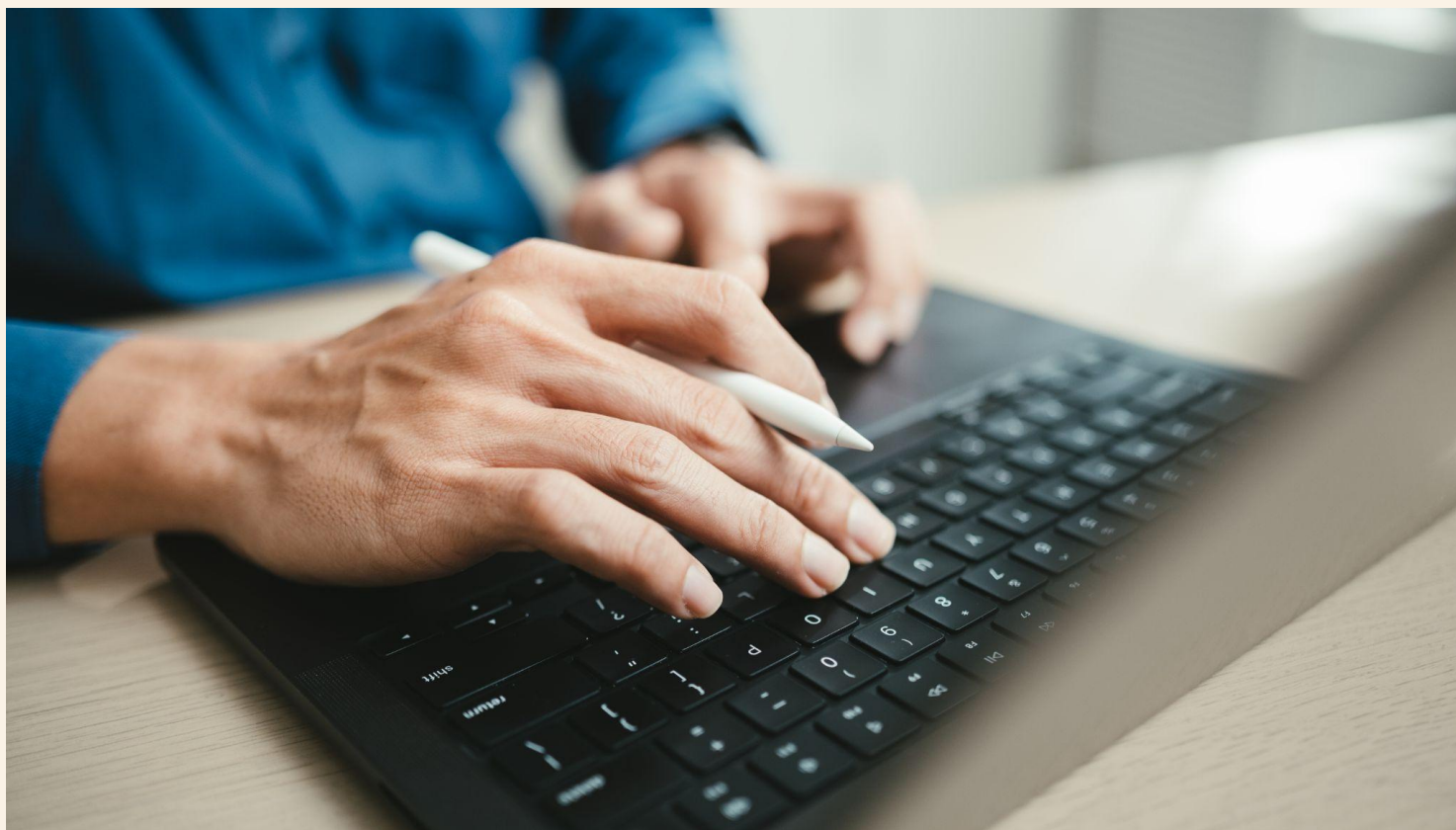
Há ainda um argumento estratégico fundamental.

## Diferentemente dos anos iniciais, o ensino médio opera sobre trajetórias já marcadas por acúmulos de aprendizagens, mas também de déficits.

Isso torna as transformações mais complexas, mais lentas e mais dependentes de articulações sistêmicas consistentes. Ao mesmo tempo, é justamente por isso que essa etapa se torna decisiva: é nela que o sistema educacional revela sua capacidade — ou incapacidade — de converter anos de escolarização em aprendizagem significativa e em oportunidades reais.

Isso não diminui sua importância.

**Pelo contrário:** reforça seu papel estratégico e a necessidade de compreendê-lo em profundidade.



## O que vem a seguir nesta publicação

Este e-book, elaborado em parceria com Karina Stocovaz, Gerente Sênior do Instituto Natura para os Países Hispânicos, inaugura uma série dedicada a analisar o ensino médio, com um olhar estratégico e um viés de política pública, em alguns países latinoamericanos como Argentina, Chile, Brasil, Colômbia, México e Peru a partir de uma perspectiva comparada.

Ao longo dos próximos textos, serão explorados aspectos centrais que ajudam a explicar o funcionamento e os resultados dessa etapa em cada país.

É preciso entender realidades nacionais, mas ir além e identificar padrões, tensões e escolhas que ajudem a iluminar caminhos possíveis para a região.

O ensino médio não é apenas mais uma etapa da trajetória escolar.

É o momento em que o sistema educacional tem a oportunidade de entregar aquilo que prometeu desde o início.

A Argentina conseguiu colocar quase todos os jovens no ensino médio. Por que ainda tão poucos aprendem?



## Capítulo 1

# A Argentina conseguiu colocar quase todos os jovens no ensino médio. Por que ainda tão poucos aprendem?

A Argentina é um ponto de partida particularmente interessante porque representa um paradoxo que aparece, em diferentes graus, em toda a região: conseguiu expandir fortemente o acesso ao ensino médio, mas ainda enfrenta enormes dificuldades para transformar essa escolarização em aprendizagem significativa.

O acesso chegou. A aprendizagem, não.

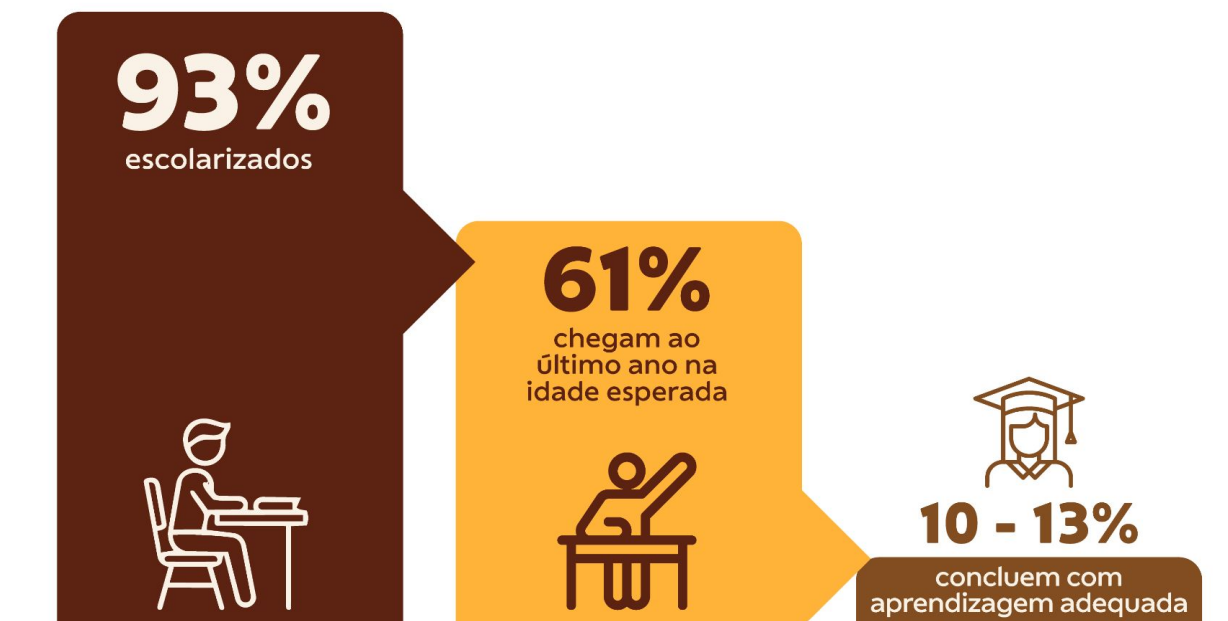
Desde a Ley de Educación Nacional, que tornou o secundário obrigatório em 2006, a Argentina avançou de forma consistente na expansão da matrícula e da permanência escolar. **Hoje, aproximadamente 93% dos jovens entre 12 e 17 anos estão escolarizados.** (Fonte: UNICEF Argentina / *Argentinos por la Educación*, 2022–2023)

Em termos de acesso, o país consolidou uma das maiores coberturas da região. O problema está no que acontece depois da entrada.

Apenas 61% dos estudantes chegam ao último ano na idade esperada. E somente entre 10% e 13% conseguem concluir o ensino médio no tempo correto com aprendizagem adequada.

(Fonte: *Argentinos por la Educación*, coortes 2011–2022 e 2013–2024)

### Trajетória da educação na Argentina



Fonte: *Argentinos por la Educación* (coortes 2011–2022 e 2013–2024)

Dito isto, 32,7% dos jovens entre 18 e 24 anos ainda não haviam concluído o secundário em 2023. (Fonte: Observatorio de la Deuda Social Argentina, UCA) A Argentina ajuda a mostrar um fenômeno central para toda a América Latina: é possível expandir acesso sem necessariamente conseguir garantir aprendizagem consistente.

## Um sistema federal e heterogêneo por design

Um sistema federal e heterogêneo por design

O sistema educacional argentino está organizado em educação inicial, primária, secundária e superior. O ensino secundário tem duração de 5 ou 6 anos dependendo da jurisdição, e está dividido em ciclo básico e ciclo orientado.

O país opera com um modelo fortemente federal: o Ministerio de Educación de la Nación define diretrizes gerais, mas as 24 jurisdições — províncias e CABA — têm autonomia ampla de implementação e financiamento.

Essa estrutura produz diferenças importantes entre províncias, escolas e resultados educacionais.

## A desigualdade como amplificador

As diferenças socioeconômicas impactam profundamente as trajetórias escolares. Enquanto aproximadamente 90% dos jovens de maior renda concluem o ensino médio, entre os mais pobres esse percentual cai para cerca de 60%. (Fonte: *Argentinos por la Educación, 2024*)

### Conclusão do ensino médio por nível socioeconômico



Fonte: Argentinos por la Educación (2024)

O ensino médio argentino não apenas reflete as desigualdades acumuladas ao longo da trajetória escolar. Ele as amplifica.

## Uma oferta diversa, com predominância pública

A rede combina bachillerato orientado — principal modalidade, com aproximadamente 65%–75% das matrículas —, educação técnico-profissional (cerca de 15%–20%), educação de jovens e adultos, e experiências de jornada ampliada ainda com cobertura limitada.

A rede é majoritariamente pública: 70%–75% das matrículas estão no setor estatal; 25%–30% no privado. A distribuição é predominantemente urbana (85%–90%). (Fonte: *Ministerio de Educación Argentina, 2022–2023*)



## Avaliação: dados disponíveis, série ainda irregular

A Argentina conta com o Aprender, aplicado no último ano do ensino médio. As edições foram predominantemente censitárias em 2016, 2017, 2019 e 2022, com aplicações intermediárias amostrais ou diagnósticas, o que gera limitações para o monitoramento contínuo e comparável ao longo do tempo.

A recente Resolución CFE 515/2026 busca ampliar a regularidade das aplicações e adotar uma visão mais sistêmica da avaliação educacional — incorporando resultados de aprendizagem, e também dimensões institucionais e contextuais. O padrão esperado a partir daqui combina avaliações censitárias a cada 3 ou 4 anos com aplicações amostrais nos anos intermediários.

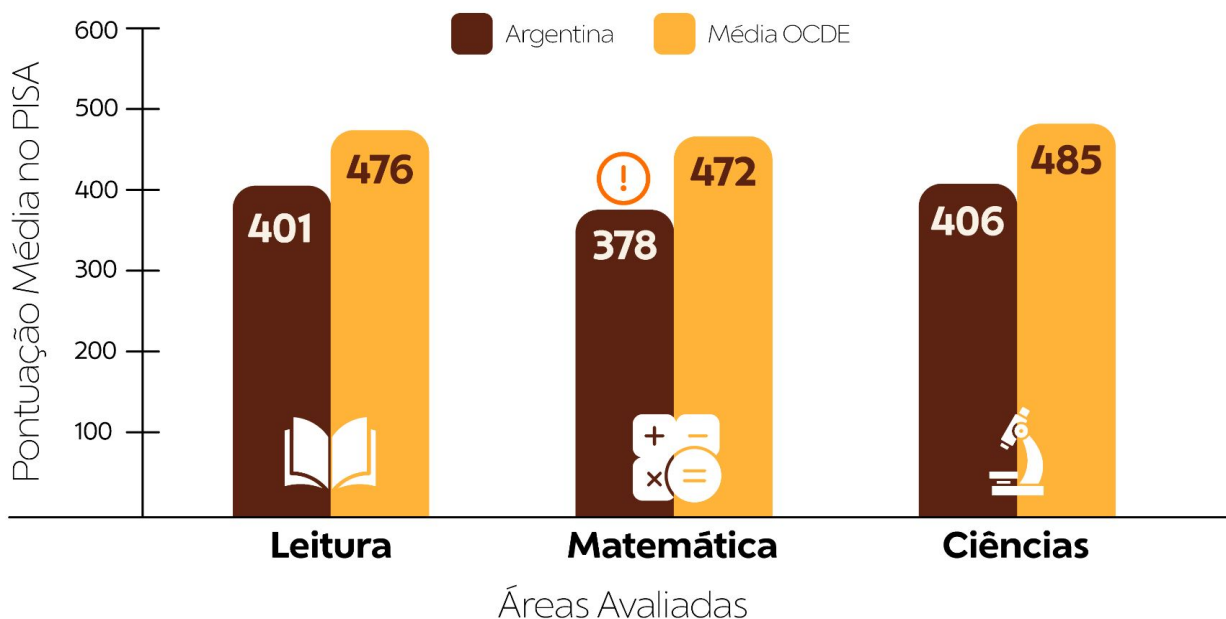
É um avanço relevante. O desafio agora é garantir que a regularidade se sustente e que os dados se traduzam em decisão de política.

## O que os resultados de aprendizagem mostram

Os resultados do Aprender 2022, aplicado censitariamente no último ano do ensino médio, dimensionam a profundidade do problema.

Em Matemática, 82,4% dos estudantes ficaram no grupo de menor desempenho (Básico e Abaixo do Básico), contra 71,4% em 2019. Em Língua, esse percentual chegou a 43%, ante 38,3% na edição anterior. A pandemia aprofundou uma crise que já existia antes dela. (Fonte: Ministerio de Educación de la Nación, Argentina, 2023).

### Argentina vs. média OCDE no PISA 2022



Fonte: OCDE, PISA 2022

Mais do que um problema de desempenho médio, esses números revelam uma dificuldade estrutural de um sistema que ainda não conseguiu transformar a expansão da escolaridade em aprendizagem robusta para a maioria dos jovens.



## O que a Argentina revela para a região

Durante muitos anos, a grande prioridade foi ampliar o acesso à escola. A Argentina conseguiu avançar de forma importante nessa agenda e isso não é pouco.

Mas o próximo desafio parece mais complexo:

**Como garantir que os jovens não apenas permaneçam na escola, mas aprendam de forma significativa e construam perspectivas reais de futuro?**

Talvez a principal pergunta para os próximos anos já não seja apenas quantos jovens chegam ao ensino médio, mas o que acontece com eles quando chegam lá.

## Capítulo 2

# Chile: o ensino médio mais estável da América Latina ainda enfrenta limites na aprendizagem



O Chile oferece um contraste interessante: um sistema com alta estabilidade escolar, mas que ainda enfrenta dificuldades para elevar consistentemente os níveis de aprendizagem.

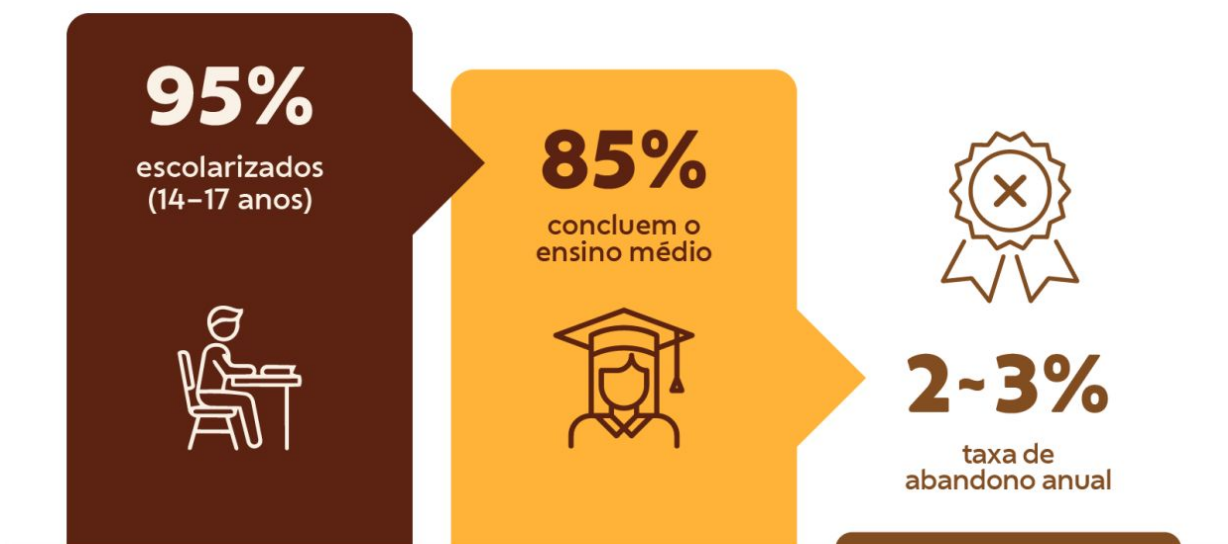
Ele foi um dos primeiros países da região a tornar o ensino médio obrigatório. Desde 2003, a escolaridade obrigatória passou a incluir 12 anos de estudo. *(Fonte: Ministerio de Educación de Chile)*

Hoje, o sistema apresenta níveis de acesso e permanência muito elevados: aproximadamente 95% dos jovens entre 14 e 17 anos estão escolarizados, cerca de 85% concluem o ensino médio, e a taxa de abandono anual permanece entre 2% e 3% — uma das mais baixas da América Latina.

*(Fonte: Banco Mundial (2022), Ministerio de Educación de Chile (2022–2023))*

**Em termos de fluxo escolar, o Chile conseguiu construir um sistema relativamente sólido e estável.**

### Fluxo escolar



Fonte: Banco Mundial (2022), Ministerio de Educación de Chile (2022–2023).

### Uma reforma para tornar o ensino médio mais flexível

O sistema educacional chileno está organizado em educação parvularia, educação básica (8 anos), educação média (4 anos) e educação superior.

Nos últimos anos, o país buscou modernizar o ensino médio por meio de uma reforma curricular implementada entre 2020 e 2022. A proposta manteve a formação geral comum no 1º e 2º médio e ampliou flexibilidade e eletividade no 3º e 4º médio. O objetivo foi responder à dificuldade de conectar a escola às expectativas e projetos de vida dos jovens.

### Um sistema fortemente segmentado

Apesar da estabilidade das trajetórias, o Chile segue apresentando forte segmentação educacional. A oferta escolar está distribuída entre escolas públicas, privadas subvencionadas e privadas pagas: 55%–60% das matrículas estão em escolas privadas subvencionadas, 30%–35% em escolas públicas e 5%–10% em escolas privadas pagas. (Fonte: Ministerio de Educación de Chile (2022–2023)).

## Distribuição das matrículas por tipo de escola



Fonte: Ministerio de Educación de Chile (2022–2023).

Essa segmentação ajuda a explicar parte importante das desigualdades persistentes de aprendizagem e oportunidades educacionais.

### A educação técnica ganhou relevância

O ensino médio chileno combina três modalidades: científico-humanista, técnico-profissional e artística. A modalidade científico-humanista é predominante, com aproximadamente 60%–65% das matrículas. A técnico-profissional representa cerca de 35%–40%. (Fonte: Ministerio de Educación de Chile)

O fortalecimento da educação técnica foi uma das estratégias utilizadas pelo país para diversificar trajetórias e ampliar a conexão entre escola, trabalho e continuidade de estudos.

### O diferencial chileno: avaliação consistente

**Um dos aspectos mais relevantes do caso chileno é a consolidação do SIMCE — um dos sistemas de avaliação mais estruturados da América Latina, com aplicações regulares, alta comparabilidade temporal e cobertura predominantemente censitária.**

Essa continuidade permite acompanhar tendências de longo prazo com mais consistência do que em muitos outros países da região. E os dados mostram algo importante: o sistema conseguiu estabilizar as trajetórias escolares, mas não produziu avanços equivalentes na aprendizagem.

## O teto da aprendizagem

O SIMCE, aplicado censitariamente no II médio, é a fonte mais direta para avaliar o que os estudantes do ensino médio chileno de fato aprendem. E os dados são desafiadores.

Em matemática, aproximadamente metade dos estudantes termina o ensino médio em nível insuficiente — proporção que se manteve praticamente estável entre 2018 e 2023, sem melhora estrutural ao longo do período. Em leitura, o cenário é semelhante: cerca de metade dos estudantes também não alcança os níveis mínimos esperados. *(Fonte: Agencia de Calidad de la Educación, Resultados SIMCE 2023).*

### SIMCE II Médio 2023

Insuficiente Básico Adequado



Fonte: Agencia de Calidad de la Educación, Resultados SIMCE 2023.

Ou seja, mesmo o sistema mais estruturado da região ainda enfrenta dificuldades para garantir aprendizagem robusta para todos os jovens.

## O que o Chile revela sobre o futuro do ensino médio?

O caso chileno ajuda a mostrar que o desafio do ensino médio na América Latina mudou de natureza. Durante muitos anos, a prioridade foi expandir acesso e permanência. O Chile conseguiu avançar fortemente nessa agenda.

Mas o próximo desafio parece mais complexo: como transformar sistemas relativamente estáveis em sistemas capazes de produzir aprendizagem mais profunda, relevante e equitativa?



**Talvez a principal pergunta para os próximos anos não seja apenas como colocar os jovens dentro da escola — mas como garantir que a escola realmente amplie suas oportunidades de futuro.**

## Capítulo 3

# México: quando o maior desafio do ensino médio é a escala

O caso mexicano revela outro desafio estrutural da região: como garantir equidade e qualidade em um sistema gigantesco, profundamente heterogêneo e socialmente desigual.

**Poucos países ajudam tanto a compreender a complexidade do ensino médio latino-americano quanto o México.**

O sistema educacional mexicano está organizado em educação inicial, educación básica (primaria + secundaria), educación media superior e educación superior.

A "educación media superior" corresponde ao equivalente ao ensino médio e inclui bachillerato general, bachillerato tecnológico, formação técnico-profissional, telebachillerato, entre outras modalidades.

### Estrutura do sistema educacional mexicano



A educação média superior tornou-se obrigatória progressivamente a partir da reforma constitucional de 2012.

O sistema possui forte coordenação federal, mas enorme diversidade institucional e territorial. Há subsistemas nacionais, estaduais, tecnológicos, autônomos e comunitários, que coexistem dentro da mesma etapa educativa.

Essa heterogeneidade é uma das marcas centrais do caso mexicano.

## O desafio não é apenas entrar — é conseguir permanecer

O México avançou significativamente na expansão do acesso ao ensino médio nas últimas décadas. A escolarização entre adolescentes é elevada, sendo que 85%–90% dos jovens em idade correspondente estão na escola. *Fonte: INEGI / SEP (2022–2023)*

Mas o sistema continua enfrentando dificuldades importantes de permanência e conclusão. A educação média superior permanece como uma das etapas mais frágeis da trajetória escolar mexicana, com abandono, reprovação e interrupção das trajetórias continuam relativamente elevados.

A conclusão do ensino médio permanece abaixo dos níveis observados no Chile e relativamente próxima da média regional latino-americana.

As desigualdades territoriais também são muito significativas. Estados do norte apresentam indicadores próximos de países mais desenvolvidos, enquanto regiões do sul rural e indígena permanecem muito mais vulneráveis.



## A desigualdade mexicana é também territorial e institucional

Talvez uma das características mais importantes do México seja a combinação entre escala, fragmentação institucional e desigualdade regional.

O sistema convive simultaneamente com grandes redes urbanas altamente estruturadas, modalidades rurais flexíveis, telebachilleratos e escolas com infraestrutura extremamente precária.

As diferenças entre estados são profundas. Acesso, permanência, aprendizagem e infraestrutura variam significativamente entre territórios.

As populações rurais e indígenas continuam apresentando menores taxas de conclusão, maior abandono e maiores dificuldades de aprendizagem.



## A educação técnica ganhou peso estratégico

O ensino médio mexicano tornou-se cada vez mais diversificado. Além do bachillerato general, cresceram modalidades tecnológicas, técnicas e profissionalizantes.

Instituições como CONALEP, bachilleratos tecnológicos e telebachilleratos comunitarios passaram a desempenhar papel importante na ampliação do acesso e da cobertura territorial.

Essa diversificação buscou responder a dois desafios simultâneos: ampliar a permanência e aproximar escola e mundo do trabalho.

## Distribuição das matrículas por modalidade na Educación Media Superior



Fonte: SEP, dados mais recentes disponíveis (2022–2023).

## Um sistema de avaliação mais instável do que outros países da região

Diferentemente do Chile, o México passou por mudanças importantes em sua política de avaliação nos últimos anos.

O sistema nacional teve reformulações institucionais, interrupções e mudanças de orientação. O PLANEA (Plan Nacional para la Evaluación de los Aprendizajes), principal avaliação de aprendizagem do ensino médio, perdeu continuidade e comparabilidade em determinados períodos, dificultando o monitoramento consistente ao longo do tempo. Em 2019, o INEE (Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación) foi extinto e substituído pela MEJOREDU (Comisión Nacional para la Mejora Continua de la Educación), organismo sem autonomia constitucional e sem atribuição direta para aplicar avaliações.

O país segue participando do PISA, o que oferece um referencial comparativo internacional — mas essa avaliação não mede especificamente a qualidade do ensino médio.

## O que o México revela sobre o futuro do ensino médio?

O caso mexicano ajuda a mostrar que escala importa. Poucos países enfrentam simultaneamente tanta diversidade institucional, tamanha desigualdade territorial e um volume tão grande de estudantes no ensino médio.

O México conseguiu ampliar significativamente o acesso à educação superior e diversificar suas modalidades de oferta. Mas o principal desafio permanece aberto: como garantir qualidade e equidade em um sistema tão amplo, fragmentado e desigual?

Talvez uma das grandes perguntas para o futuro do ensino médio latino-americano seja justamente essa: como construir sistemas capazes de combinar escala, inclusão e aprendizagem ao mesmo tempo?



## Capítulo 4

# Colômbia: o desafio do ensino médio começa antes da aprendizagem — começa na permanência



O caso colombiano ajuda a mostrar que, em parte da região, o problema do ensino médio ainda é profundamente marcado por desigualdades territoriais e dificuldades de acesso efetivo.

## Um ensino médio curto e ainda não plenamente universalizado

O sistema educacional colombiano está organizado em:

- **educação inicial e pré-escolar,**
- **educação básica primária (5 anos),**
- **educação básica secundária (4 anos),**
- **educação média (2 anos),**
- **e educação superior.**

A educação média corresponde apenas ao 10º e 11º graus.



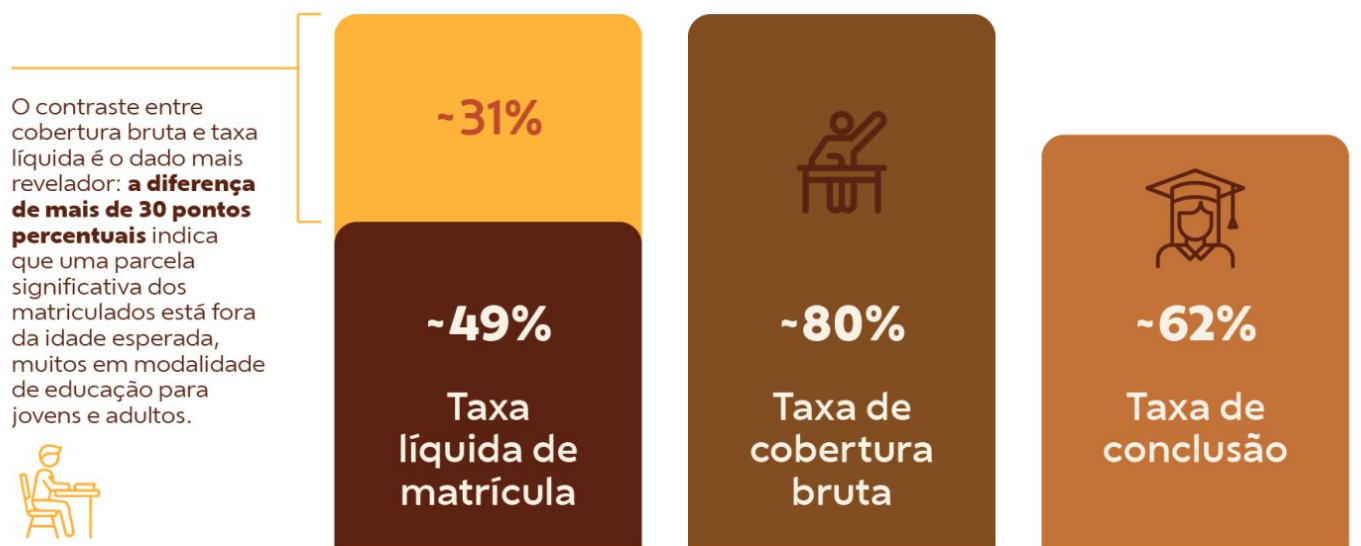
Essa característica diferencia a Colômbia de outros países latino-americanos: o ensino médio possui duração relativamente curta e historicamente foi concebido mais como etapa de transição para o ensino superior ou para o trabalho. A Ley General de Educación 115 consolidou a obrigatoriedade até o 9º ano, mas a educação média permaneceu, por muitos anos, como uma etapa pós-obrigatória. Isso ajuda a explicar por que a universalização dessa etapa ainda segue incompleta.

## O principal desafio é chegar ao ensino médio e permanecer nele

Nas últimas décadas, a Colômbia ampliou fortemente a cobertura escolar. Ainda assim, os indicadores mostram um sistema mais frágil do que outros países da região quando se observa especificamente a educação média. Segundo o Ministerio de Educación Nacional (MEN), a taxa líquida de matrícula nessa etapa permanece entre 48% e 50%, enquanto a cobertura bruta alcança aproximadamente 79%–80% — diferença que evidencia forte presença de idades avançadas e trajetórias interrompidas. Cerca de 60%–65% dos jovens concluem a educação média, de acordo com dados do Banco Mundial e do próprio MEN (2022–2024). O abandono escolar anual varia entre 3% e 4%, com índices significativamente maiores em zonas rurais (MEN, 2022–2023).

**A evasão cresce especialmente na transição entre básica secundária e educação média, justamente quando muitos jovens passam a enfrentar maiores pressões econômicas, territoriais e sociais.**

### Colômbia: indicadores de trajetória na educação média



Fonte: MEN / Banco Mundial (2022–2024).

### A desigualdade territorial organiza o sistema

Talvez nenhum outro país da região mostre de forma tão evidente o peso do território sobre o ensino médio. Na Colômbia, as diferenças entre urbano e rural, entre centros e periferias, entre regiões mais ou menos afetadas pela pobreza e pelo conflito armado, incidem diretamente sobre acesso, permanência, conclusão e aprendizagem. Em muitos territórios, o problema central não é melhorar a qualidade da educação média, mas garantir que ela exista de forma acessível e contínua.

Dados sobre educação rural colombiana indicam que cerca de 18,6% das matrículas estão localizadas em zonas rurais, ao mesmo tempo em que aproximadamente 20% das escolas do país estão em áreas rurais (MEN, 2022). As taxas de cobertura variam fortemente entre regiões: grandes centros urbanos se aproximam da universalização, enquanto departamentos rurais e periféricos continuam distantes.

## **Modelos flexíveis e educação técnica ganharam protagonismo**

Para responder à dispersão territorial, a Colômbia desenvolveu diferentes modelos de educação flexível voltados para zonas rurais e populações vulneráveis. Ao mesmo tempo, ampliou a articulação entre ensino médio e formação para o trabalho. Segundo dados do MEN e de observatórios educacionais (2022–2023), aproximadamente 70%–75% das matrículas estão na educação média acadêmica, e 25%–30% na educação média técnica, frequentemente articulada ao SENA.

A expansão da chamada "jornada única" (tempo integral) também foi uma das estratégias mais relevantes da última década, passando de cerca de 6% da matrícula da educação média em 2015 para aproximadamente 27% em 2020. Nos últimos anos, porém, essa política perdeu prioridade no governo nacional.



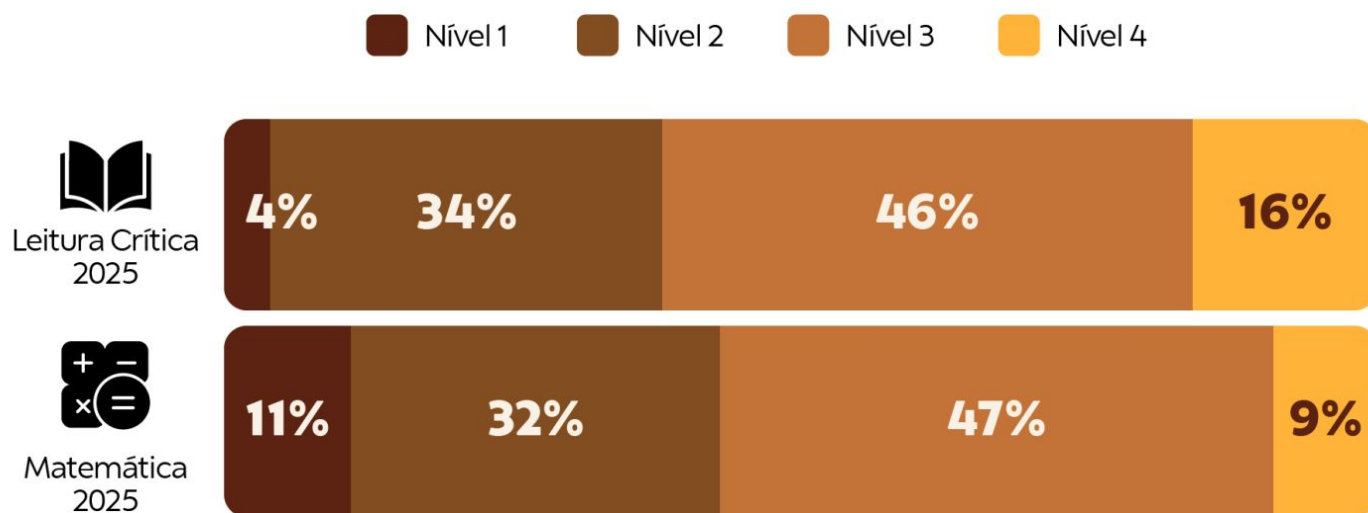
## **Aprendizagem segue baixa, especialmente em matemática**

Apesar das fragilidades estruturais de acesso e permanência, a Colômbia construiu um dos sistemas de avaliação educacional mais contínuos da América Latina. O Saber 11°, instrumento do ICFES (Instituto Colombiano para la Evaluación de la Educación), é aplicado anualmente com cobertura amplamente censitária e avalia leitura crítica, matemática, ciências naturais, sociais e cidadania, e inglês. A continuidade do sistema permite acompanhar tendências de longo prazo com bastante consistência, e é ele o instrumento mais direto para medir a qualidade do ensino médio colombiano.

Os resultados de 2025 mostram um patamar preocupante: a pontuação global média foi de 257,6 pontos em uma escala de 0 a 500. A distribuição por níveis de desempenho (1 a 4, do mais baixo ao mais alto) revela que, em ciências naturais e em sociais e cidadania, a maioria dos estudantes se concentra nos níveis 1 e 2, com a situação mais crítica em inglês, onde 67% ficam nos dois níveis mais baixos da escala. Em matemática e leitura crítica, a concentração nos níveis inferiores também é expressiva — 43% e 38%, respectivamente —, embora a leitura apresente menor proporção de estudantes no nível 1, de cerca de 4%, em comparação às demais áreas (ICFES / Fundación Empresarios por la Educación, Análisis de Resultados Examen Saber 11° 2025).

O PISA 2022 oferece um ponto de comparação regional mais amplo — não como medida do ensino médio em si, mas como indicador do desempenho geral do sistema educacional colombiano frente a outros países. Nessa leitura, a Colômbia registrou 409 pontos em leitura, 383 em matemática e 411 em ciências, ante médias da OCDE de 476, 472 e 485, respectivamente (OCDE, PISA 2022). Os dados confirmam o diagnóstico já indicado pelo Saber 11°: os déficits de aprendizagem são estruturais e afetam especialmente a matemática.

### Saber 11° 2023: distribuição por nível de desempenho



Fonte: ICFES / Fundación Empresarios por la Educación, Análisis de Resultados Examen Saber 11° 2025, p. 20.

## O que a Colômbia revela sobre o futuro do ensino médio?

**A Colômbia mostra que o debate sobre ensino médio na América Latina não pode ser reduzido à aprendizagem. Em partes importantes da região, o problema ainda começa antes. É preciso garantir acesso efetivo, permanência, continuidade das trajetórias e condições mínimas de oferta em territórios profundamente desiguais.**



O país avançou na ampliação da cobertura, no fortalecimento da avaliação, na expansão de modelos flexíveis e na articulação entre formação técnica e trabalho. Mas o problema central segue aberto. O desafio é fazer com que mais jovens consigam chegar ao final da escolaridade e que essa trajetória realmente produza oportunidades de futuro.

## Capítulo 5

# Peru: um dos avanços mais rápidos da América Latina — e os limites que ainda persistem

Quando o assunto é a análise educacional, o Peru apresenta um caso particularmente interessante: é um dos países que mais avançou em aprendizagem nas últimas décadas, mas que ainda enfrenta desigualdades profundas e fragilidade nas trajetórias dos jovens.

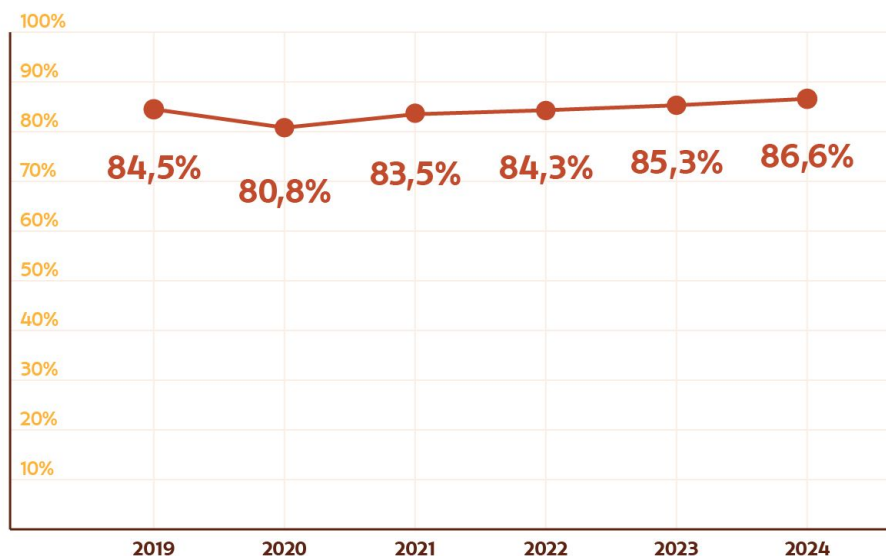
O caso peruano mostra que é possível melhorar resultados educacionais de forma relativamente acelerada e revela como esses avanços podem permanecer vulneráveis diante de desigualdades estruturais e crises recentes.

Apesar dos avanços históricos, a pandemia interrompeu trajetórias. A taxa líquida de frequência ao ensino secundário caiu de 84,5% em 2019 para 80,8% em 2020, e só voltou a superar o nível pré-pandemia em 2024, chegando a 86,6%, como mostra o gráfico abaixo.

### Evolução da taxa líquida de frequência escolar ao ensino secundário no Peru (2019–2024)

Nota conceitual: a taxa líquida considera apenas estudantes que frequentam o nível de ensino correspondente à própria faixa etária (no caso, o ensino secundário entre 12 e 16 anos). Difere da taxa bruta, que inclui todos os matriculados nesse nível, independentemente da idade.

A série evidencia a queda durante a pandemia (2020) e a recuperação progressiva até superar o nível pré-pandemia em 2024.



Fonte: Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI), boletim "Estado de la Niñez y Adolescencia" N° 02 (junho de 2025), Quadro N° 03 — "Tasa neta de asistencia escolar a educación secundaria de adolescentes de 12 a 16 años de edad".

## Um sistema mais centralizado e orientado por aprendizagem

O sistema educacional peruano está organizado em:

- **educação inicial,**
- **educação primária (6 anos),**
- **educação secundária (5 anos),**
- **e educação superior.**



A escolaridade obrigatória cobre toda a educação básica, compreendendo as etapas inicial, primária e secundária.

Comparado a outros países da região, o Peru construiu um sistema relativamente mais centralizado em termos de política educacional, currículo e avaliação. Nas últimas duas décadas, o país desenvolveu uma agenda fortemente orientada por aprendizagem, monitoramento, metas nacionais e fortalecimento da gestão educacional. Esse movimento ajuda a explicar parte importante da melhora observada nos indicadores educacionais.

## O Peru conseguiu melhorar a aprendizagem rapidamente

O Peru está entre os países latino-americanos que mais avançaram em seus resultados educacionais entre os anos 2000 e o período pré-pandemia.

O país combinou:

- **expansão do acesso,**
- **maior foco em aprendizagem,**
- **consolidação de avaliações nacionais,**
- **e políticas de acompanhamento pedagógico.**

De acordo com dados do Banco Mundial e do Ministério da Educação (MINEDU), mais de 85% dos adolescentes frequentam o ensino secundário, o que representa uma escolarização relativamente elevada para o padrão regional. A conclusão do ensino médio também cresceu nas últimas décadas. Ainda assim, o sistema continua enfrentando abandono, sobre-idade e fortes desigualdades entre grupos sociais e territórios.

## **A desigualdade territorial continua sendo um limite estrutural**

Apesar dos avanços nacionais, o Peru permanece profundamente desigual. As diferenças entre:

- **Lima e regiões rurais,**
- **costa, serra e Amazônia,**
- **urbano e rural, e populações indígenas e não indígenas,**

seguem impactando fortemente:

- **acesso,**
- **permanência,**
- **infraestrutura,**
- **conectividade,**
- **e aprendizagem.**



O país apresenta uma das geografias mais desafiadoras da região, o que afeta diretamente a oferta educacional. As trajetórias rurais continuam significativamente mais frágeis, especialmente na educação secundária.



## **Jornada Escolar Completa: uma das principais apostas do país**

Nos últimos anos, uma das políticas mais relevantes do ensino médio peruano foi a expansão da Jornada Escolar Completa (JEC). A política ampliou o tempo escolar, a oferta pedagógica, o acompanhamento e os recursos educacionais em parte das escolas secundárias públicas.

A expansão da JEC tornou-se uma das estratégias centrais para melhorar aprendizagem, reduzir desigualdades e fortalecer a educação secundária. Ao mesmo tempo, o Peru também ampliou modalidades técnico-produtivas e programas voltados para populações vulneráveis.

## **Um sistema de avaliação relativamente consistente**

O Peru consolidou, nas últimas décadas, um sistema nacional de avaliação relativamente contínuo, com maior conexão entre currículo, metas de aprendizagem e instrumentos de medição do que a maioria dos países da região. Desenvolveu avaliações nacionais voltadas para monitorar aprendizagem na educação básica e participa regularmente de avaliações internacionais comparadas. Esse alinhamento foi parte importante da estratégia de melhoria educacional do país.

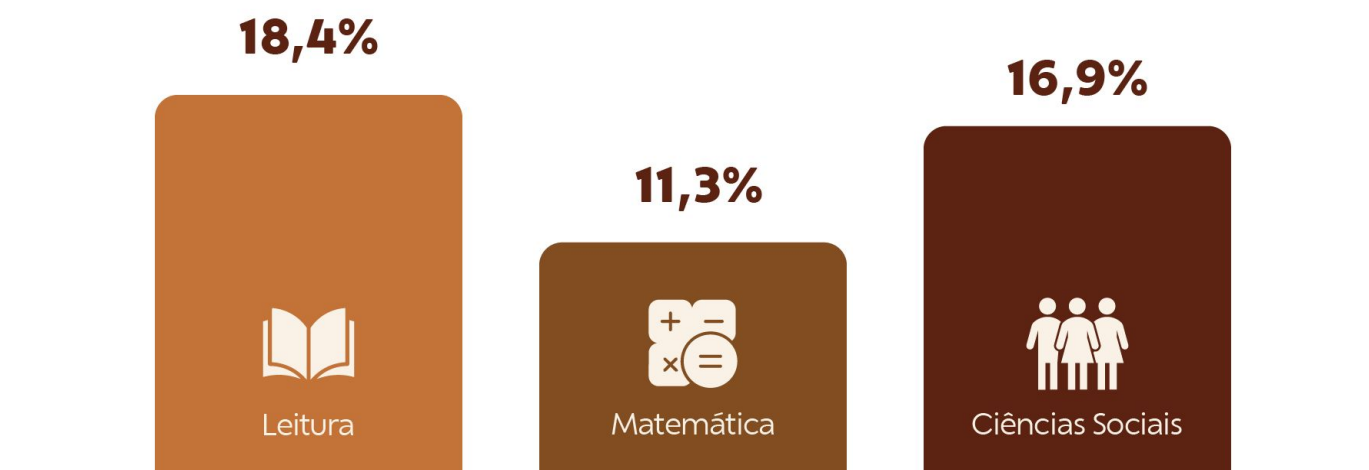
## O que os dados do ensino médio revelam

A Avaliação Nacional de Resultados de Aprendizagem (ENLA), aplicada pelo MINEDU por meio de sua Unidade de Medição de Qualidade (UMC), é a principal referência oficial para acompanhar o desempenho no ensino secundário peruano. Na edição de 2023, apenas 18,4% dos estudantes do 2.º grau alcançaram o nível satisfatório em leitura e 11,3% em matemática.

Dito isto, esses percentuais representam uma trajetória com alguma melhora em relação ao início da série histórica — em leitura, o nível satisfatório era de 14,7% em 2015 —, embora com retrocessos após a pandemia e sem avanço consistente nos anos mais recentes.

O Peru também participa do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), que avalia jovens de 15 anos em leitura, matemática e ciências. Os resultados de 2022 mostram que o país permanece abaixo das médias da OCDE, mas figura entre os sistemas que mais avançaram desde o início dos anos 2000. O PISA não mede especificamente o ensino médio, mas oferece um panorama comparável da aprendizagem dos jovens em relação a outros países.

### ENLA 2023: percentual de estudantes do 2.º grau do ensino secundário no nível Satisfatório, por área avaliada



Fonte: Ministerio de Educación del Perú (MINEDU) / Unidad de Medición de la Calidad de los Aprendizajes (UMC), nota oficial "ENLA 2023 muestra resultados estables con algunas mejoras importantes respecto a evaluación anterior".

## O impacto da pandemia interrompeu parte dos avanços

A pandemia deixou marcas profundas no sistema educacional peruano:

- **perda de aprendizagem,**
- **aumento das desigualdades,**
- **dificuldades de conectividade,**
- **e fragilidade das trajetórias escolares.**

Os efeitos foram especialmente fortes em zonas rurais, populações vulneráveis e territórios com menor infraestrutura digital. Na ENLA 2023, esse quadro se confirma: após um crescimento moderado até 2019, os indicadores de aprendizagem no ensino secundário recuaram e os resultados de 2022-2023 mostram estabilidade em um patamar baixo, sem recuperação consistente.

## O que o Peru revela sobre o futuro do ensino médio?

Políticas educacionais consistentes podem produzir melhora real de aprendizagem ao longo do tempo. O Peru é uma evidência disso. Ao mesmo tempo, o caso peruano revela que avanços educacionais permanecem vulneráveis quando convivem com a desigualdade estrutural, a fragilidade territorial e a baixa capacidade de proteção social.

O Peru conseguiu construir uma trajetória importante de melhora educacional nas últimas décadas. O desafio agora parece ser outro: como transformar ganhos pontuais em melhorias sustentáveis, profundas e mais equitativas para todos os jovens?



## Capítulo 6

# Brasil: o ensino médio entre a crise de aprendizagem e a expansão do tempo integral



O Brasil talvez represente um dos casos mais complexos da região quando o assunto é Ensino Médio. Estamos falando de um sistema que conseguiu expandir fortemente o acesso a esta etapa educacional, mas que ainda enfrenta enormes dificuldades para garantir aprendizagem, permanência e relevância para os jovens.

Ao mesmo tempo, o país se tornou um dos principais laboratórios latino-americanos de transformação dessa fase, especialmente com a expansão do Ensino Médio Integral (EMI).

## Um sistema gigantesco e profundamente desigual

O sistema educacional brasileiro está organizado em:

- **educação infantil,**
- **ensino fundamental (9 anos),**
- **ensino médio (3 anos),**
- **e educação superior.**

O ensino médio constitui a etapa final da educação básica e tornou-se obrigatório a partir da ampliação da escolaridade obrigatória definida pela Emenda Constitucional 59.



O país possui um dos maiores sistemas educacionais do mundo, com mais de 7 milhões de estudantes matriculados no ensino médio, segundo o INEP (2023).

A governança é compartilhada entre o Ministério da Educação, que define diretrizes nacionais, e os estados são responsáveis pela maior parte da oferta. Mais de 80% das matrículas estão concentradas nas redes estaduais.

## O acesso cresceu, mas as trajetórias seguem frágeis

Nas últimas décadas, o Brasil ampliou significativamente o acesso ao ensino médio. A escolarização entre jovens de 15 a 17 anos supera 90%, segundo o IBGE.

Ainda assim, persistem desafios importantes como a sobre-idade, a baixa conclusão, a fragilidade das trajetórias escolares e o abandono escolar, que permanece especialmente elevado no 1º ano do ensino médio, entre jovens pobres, negros, e estudantes que precisam trabalhar.

## O ensino médio entrou em crise de relevância

Talvez poucos países expressem tão claramente quanto o Brasil uma crise de sentido do ensino médio. Durante décadas, o sistema permaneceu organizado a partir de currículos extensos, excesso de disciplinas, fragmentação pedagógica, e pouca conexão com os projetos de vida dos jovens.

Ao mesmo tempo, as mudanças tecnológicas, a transformação do mercado de trabalho, a expansão da inteligência artificial, e as novas expectativas juvenis, passaram a pressionar a escola por maior flexibilidade e relevância.



Foi nesse contexto que surgiu o chamado Novo Ensino Médio.

A proposta buscou:

- **flexibilizar currículos,**
- **ampliar itinerários formativos,**
- **aumentar carga horária,**
- **e fortalecer protagonismo juvenil.**

A implementação, porém, gerou forte debate público:

- **desigualdades entre redes,**
- **dificuldades de implementação,**
- **formação docente,**
- **infraestrutura,**
- **e capacidade real de oferta dos itinerários.**

## O avanço do Ensino Médio Integral (EMI)

Paralelamente ao debate curricular, o Brasil passou por uma expansão importante do Ensino Médio Integral (EMI)

O modelo combina ampliação da jornada escolar, maior tempo pedagógico, acompanhamento mais próximo dos estudantes e, em muitos estados, currículos mais integrados e flexíveis.

A expansão foi impulsionada especialmente a partir do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, criado pelo Ministério da Educação em 2016. O modelo saiu de uma participação residual (cerca de 6% das matrículas em 2015) para aproximadamente 22% em 2023, tornando-se uma das principais estratégias nacionais para enfrentar abandono, baixa aprendizagem e perda de relevância da escola para os jovens. Além dos números, chama atenção a trajetória consistente de crescimento ano após ano, sinalizando a consolidação do ensino integral como um modelo que deve alcançar cada vez mais estudantes no país.



Hoje, aproximadamente 1 em cada 5 estudantes do ensino médio já está em tempo integral; alguns estados superam 50% da matrícula nessa modalidade.

Os resultados observados em diferentes redes sugerem impactos positivos em permanência, redução do abandono, engajamento e aprendizagem.

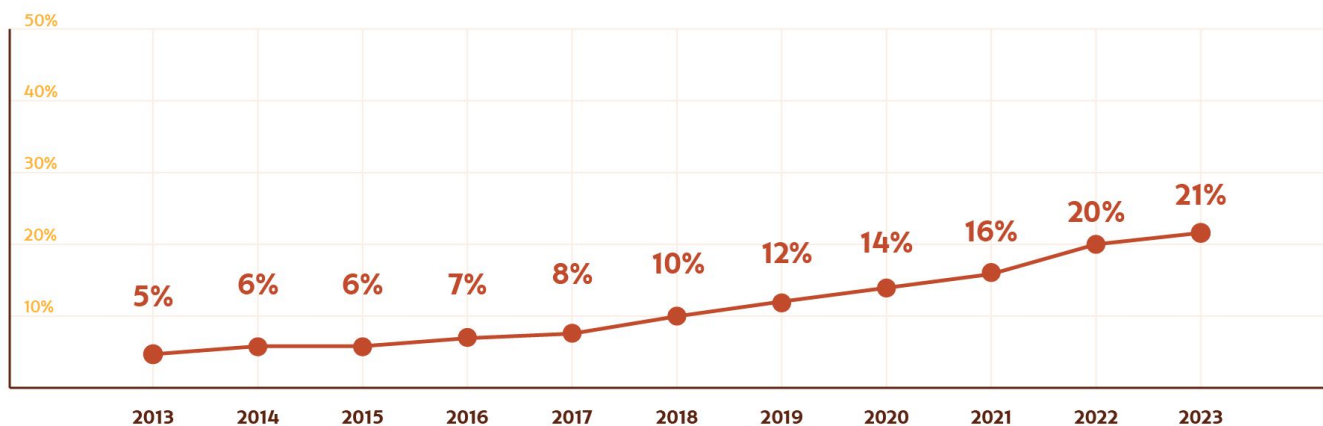
Os benefícios, porém, vão além da educação, incluindo a redução da violência e da vulnerabilidade social, além de melhores oportunidades de trabalho e renda para os jovens.

Ao mesmo tempo, persistem desafios importantes: como desigualdade de implementação, infraestrutura, financiamento e sustentabilidade da expansão em larga escala.

O avanço do EMI mostra que parte da agenda recente do ensino médio brasileiro deixou de focar apenas em acesso e passou a buscar maior permanência, melhoria da aprendizagem, e reconstrução da relevância da escola para os jovens.

## Evolução das matrículas no Ensino Médio em tempo integral na rede pública (2013–2023)

Nota conceitual: tempo integral = turmas com 7h diárias ou mais (ou 35h semanais), incluindo carga complementar que atinja esse total. Dado refere-se apenas à rede pública.



Fonte: gráfico "Matrículas no Ensino Médio em tempo integral na rede pública – Brasil (em %)", seção "Educação Integral", capítulo 4 (Ensino Médio) do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2024 (Todos Pela Educação), com dados originais do MEC/Inep/DEED, Microdados do Censo Escolar.

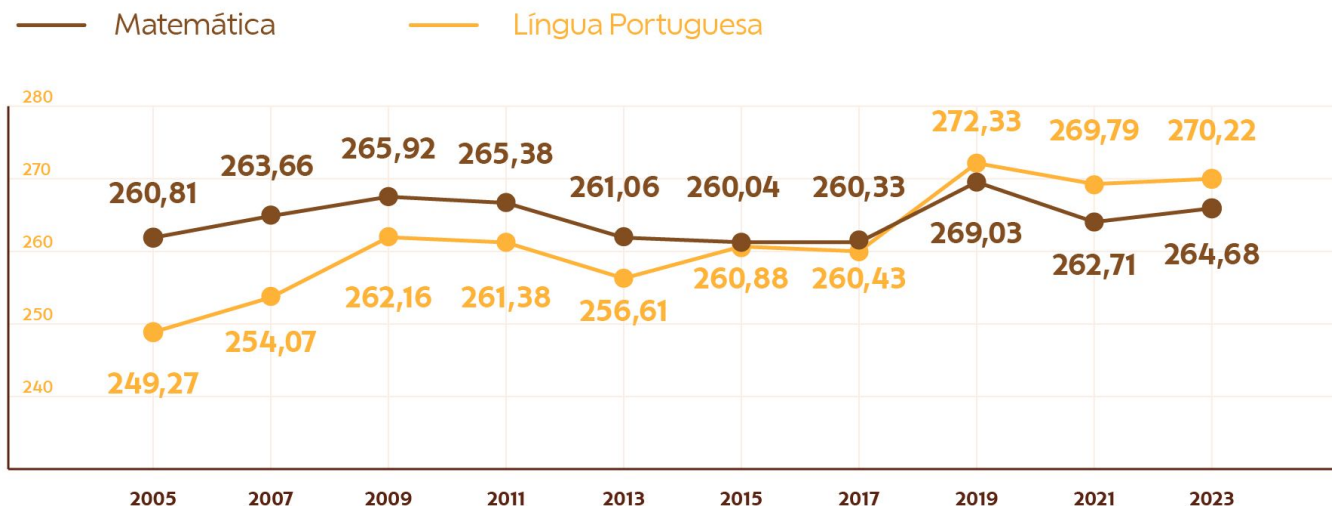
## Um sistema robusto de avaliação — mas resultados ainda estagnados

O Brasil construiu um dos sistemas de avaliação mais consolidados da região. O SAEB permite acompanhar resultados de aprendizagem em larga escala há décadas.

Além disso, o ENEM se consolidou simultaneamente como avaliação, mecanismo de acesso ao ensino superior, e referência pública sobre qualidade educacional.

Poucos países latino-americanos possuem tanta disponibilidade de dados educacionais. Ainda assim, os avanços em aprendizagem no ensino médio foram relativamente limitados nas últimas décadas. Em 2019, os resultados davam sinais de recuperação após anos de estagnação, mas a pandemia de Covid-19 interrompeu essa trajetória e impôs novos desafios à aprendizagem dos estudantes.

## Desempenho médio da 3ª série do Ensino Médio no Saeb: Matemática e Língua Portuguesa (2005–2023)



**Fonte:** gráfico "Desempenho médio da 3ª série do Ensino Médio (Nota Saeb) – Brasil", seção "Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - Rede Pública", capítulo 4 (Ensino Médio) do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2024 (Todos Pela Educação), com dados originais do MEC/Inep/Daeb, Saeb.

## O que o Brasil revela sobre o futuro do ensino médio?

O caso brasileiro ajuda a mostrar que expandir o acesso não resolve, por si só, os desafios do ensino médio. Ao mesmo tempo, o país tem buscado novas respostas para tornar essa etapa mais atrativa e conectada aos projetos de vida dos jovens. Uma das principais apostas é a ampliação da integração entre o ensino médio e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), aproximando a formação escolar das perspectivas de continuidade dos estudos e inserção no mundo do trabalho.

O país conseguiu colocar mais jovens dentro da escola. Mas agora enfrenta perguntas muito mais complexas:

- como tornar o ensino médio mais relevante?
- como melhorar aprendizagem em larga escala?
- como reduzir desigualdades profundas?
- e como garantir que a escola dialogue com os projetos de vida dos jovens?

Talvez nenhum outro país da região expresse tão claramente a nova agenda do ensino médio latino-americano. Uma agenda que não trata apenas de acesso, mas de aprendizagem, permanência, relevância, formação para o trabalho e futuro.

## CONCLUSÃO

O percurso por Argentina, Chile, México, Colômbia, Peru e Brasil revela algo que vai além das especificidades de cada contexto nacional: o ensino médio tornou-se, na América Latina, o ponto de chegada de uma agenda e, ao mesmo tempo, o ponto de partida de outra.

A primeira agenda, a da expansão do acesso, avançou de forma inegável. Em praticamente todos os países analisados, mais jovens chegam ao ensino médio hoje do que há duas décadas. Esse resultado não deve ser subestimado. Ele representa investimento, escolhas políticas e, sobretudo, transformações reais na vida de milhões de famílias.

Mas o que este e-book procurou mostrar é que esse avanço, por si só, não é suficiente.

Em cada país, com suas particularidades, emerge o mesmo padrão: sistemas que conseguiram ampliar a escolarização, mas que ainda enfrentam dificuldades profundas para transformar presença em aprendizagem, e aprendizagem em oportunidades reais. O Chile estabilizou trajetórias, mas não avançou o suficiente em proficiência. O México expandiu a oferta, mas convive com enorme fragmentação. A Colômbia construiu avaliação, mas ainda enfrenta desafios de permanência. O Peru registrou avanços históricos, mas revelou fragilidade diante de crises. O Brasil multiplica experiências, mas ainda busca escala e equidade. E a Argentina mostra, talvez com mais clareza do que qualquer outro caso, que é possível ter acesso sem ter aprendizagem.

A segunda agenda — a da qualidade, relevância e equidade — está apenas começando.

Ela é mais complexa, mais custosa e mais lenta do que a primeira. Exige articulação sistêmica, continuidade de políticas, formação docente consistente, avaliação regular e um compromisso genuíno com os projetos de vida dos jovens.

O ensino médio não vai se transformar por uma única política, um único modelo ou uma única reforma. Vai se transformar quando os sistemas educacionais da região decidirem, de forma estrutural, que garantir a chegada dos jovens à escola não é o fim do caminho — é apenas o começo.

# Comparação dos Sistemas de Ensino Médio na América Latina

ITEM DE ANÁLISE	Argentina	Chile	Colômbia	México	Peru	Brasil
<b>1. ESTRUTURA E DURAÇÃO</b>						
Duração do ensino médio (ou equivalente)	5 ou 6 anos (varia por jurisdição)	4 anos (10º ao 11º equivalente)	2 anos (10º e 11º graus)	3 anos (Educación Media Superior)	5 anos (Educación Secundaria)	3 anos (1º ao 3º ano do EM)
Governança	Federal Estados gerenciam	Centralizada Múltiplos provedores	Descentralizada Secretarias dept./municipais	Federal Estados e subsistemas (SEP coordena)	Centralizada (MINEDU) com DRE/UGEL	Federal Estados gerenciam
<b>2. ACESSO, OBRIGATORIEDADE E TRAJETÓRIA</b>						
Obrigatoriedade	Desde 2006	Desde 2003 (12 anos de escolaridade obrigatória)	Até o 9º ano (obrigatório) Média (10º e 11º) pós-obrigatória	Desde 2012 (implementação gradual)	Toda a educação básica, incluindo secundária (desde 2003)	Desde 2017 (Emenda Constitucional 59/2009)
Taxa de escolarização (idade correspondente)	≈93% 12–17 anos (2022–23)	≈95% 14–17 anos (2022)	≈48%–50% líquida (2022–23)	≈76%–78% líquida (2022–23)	≈84%–86% líquida (2022–23)	≈90%–92% 15–17 anos (2023)
Conclusão do ensino médio (idade esperada)	10%–13% no tempo esperado com aprendizagem adequada (coortes 2011–22/2013–24)	≈85% (2022–23)	≈60%–65% (2022–24)	≈70%–72% (2022–24)	≈75%–80% (2022–24)	≈75% (jovens de 19 anos) (2024)
Abandono / não conclusão	32,7% dos jovens 18–24 anos sem concluir o ensino médio (2023)	≈2%–3% ao ano (2022)	≈3%–4% ao ano (maior na zona rural) (2022–23)	≈8% ao ano (2022–23)	≈2%–4% ao ano (variação regional) (2022–23)	≈8% ao ano (2022–23)
Desigualdade por renda	Conclusão: ≈60% mais pobres vs. ≈90% mais ricos (2024)	Persistem diferenças por nível socioeconômico e tipo de escola	Fortes diferenças territoriais, socioeconômicas e étnicas	Grandes diferenças entre estados, urbano/rural e populações indígenas	Diferenças entre urbano/rural, regiões e população indígena	Grande diferença entre níveis socioeconômicos e regiões
<b>3. OFERTA EDUCACIONAL E CARACTERÍSTICAS DA REDE</b>						
Principais modalidades	Bachillerato (orientado), Técnico-profissional, EPJA (EJA), Tempo integral	Científico-humanista (CH), Técnico-profissional (TP), Artística	Acadêmica, Técnica, Técnico-profissional com SENA, Rural flexível	Bachillerato General, Bachillerato Tecnológico, Profesional Técnico, Telebachillerato Comunitário	Secundária Regular, Jornada Escolar Completa (JEC), EBA (EJA), Técnico-produtiva	Ensino Médio Regular, Ensino Médio Integral (EMI), EJA, Técnico
Distribuição das matrículas (por modalidade)	Bachillerato: ≈65%–75% Técnico: ≈15%–20% Outras: menor participação	CH: ≈60%–65% TP: ≈35%–40%	Acadêmica: ≈70%–75% Técnica: ≈25%–30%	General: ≈60% Tecnológico: ≈30% Técnico: ≈10%	Regular: 85%–90% EBA e outras: 10%–15%	Regular: ≈78%–80% Integral (EMI): ≈22%
% público / privado	≈70%–75% público ≈25%–30% privado	Público: ≈30%–35% Privado subv.: ≈55%–60% Privado pago: ≈5%–10%	≈80% público ≈20% privado	≈85% público ≈15% privado	≈80% público ≈20% privado	≈87% público ≈13% privado
% urbano / rural	≈85% urbano ≈15% rural	>85% urbano (<15% rural)	break; ≈80% urbano ≈20% rural (matrícula rural ≈18,6%)	≈80% urbano ≈20% rural	≈75%–80% urbano ≈20%–25% rural	≈80% urbano ≈20% rural
<b>4. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO</b>						
Principal instrumento nacional	Aprender (último ano do EM)	SIMCE (2º ano médio)	Saber 11 (11º grau)	PLANEA (últimos anos com aplicação estável até 2017; sistema em transição)	ECE (ensino secundário) (aplicação irregular pós-pandemia)	SAEB + ENEM (últimos anos do EM)
Periodicidade (ensino médio)	Censitário: 2016, 2017, 2019, 2022 Amostral/diagnóstico: 2018, 2021	Bienal (censitário)	Anual (censitário)	Irregular, com últimas aplicações importantes até 2017	Irregular (interrupções pós-pandemia)	Bienal (SAEB) Anual (ENEM)
<b>5. PRINCIPAIS DESAFIOS</b>						
Desafios centrais	Aprendizagem baixa; abandono; desigualdade socioeconômica; fragmentação federal	Baixos níveis de aprendizagem; segmentação do sistema; estagnação de resultados	Baixa cobertura efetiva; desigualdade territorial extrema; evasão; baixa aprendizagem	Abandono; desigualdade territorial; fragmentação institucional; qualidade abaixo do esperado em escala	Desigualdades territoriais; impacto da pandemia; aprendizagem baixa	Baixa aprendizagem; abandono; desigualdade socioeconômica; crise de relevância do EM
<b>6. PRINCIPAIS AVANÇOS RECENTES</b>						
Avanços centrais	Obrigatoriedade do secundário; expansão da matrícula; melhora gradual de resultados	Universalização do acesso; baixo abandono; reforma curricular com flexibilidade; melhor consolidação	Expansão da cobertura; redução do abandono; fortalecimento da educação técnica; avaliação consistente	Obrigatoriedade da EMS; expansão da cobertura; redução do abandono; diversificação de modalidades	Melhora da aprendizagem; expansão da JEC; avanços em avaliação e gestão	Expansão do Ensino Médio Integral (EMI); flexibilização curricular; mais recursos

# instituto natura



natura

AVON